



**RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES  
CONEXAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE**

**2023**

---

## Índice

1.	Introdução .....	4
2.	Equipa responsável pela monitorização do PGRIC do IPCA.....	5
3.	Análise da execução do PGRIC do IPCA.....	7
4.	Apresentação de alterações e recomendações ao PGRIC do IPCA .....	19
5.	Conclusão .....	19

---

## LISTA DE SIGLAS

CPA – Código de Procedimento Administrativo  
CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção  
CPCIPCA – Comissão de Prevenção da Corrupção do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave  
CRP – Constituição da República Portuguesa  
CTESP – Cursos técnicos superiores profissionais  
DA – Divisão Académica  
DAF – Divisão Administrativa e Financeira  
DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior  
DRH – Divisão de Recursos Humanos  
DSI – Divisão de Sistemas de Informação  
ECPDESP – Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico  
ESD – Escola Superior de Design  
ESG – Escola Superior de Gestão  
ESHT – Escola Superior de Hotelaria e Turismo  
EST – Escola Superior de Tecnologia  
ETESP – Escola Técnica Superior Profissional  
GACI – Gabinete de Auditoria e Controlo Interno  
GAGI – Gabinete de Aquisições e Gestão de infraestruturas  
GCI – Gabinete de Comunicação e Imagem  
IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave  
MCI – Manual de Controlo Interno  
NA – Não se aplica  
PGRIC – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas  
SAS – Serviços de Ação Social

---

## 1. INTRODUÇÃO

As democracias comportam uma vasta complexidade na sua organização, designadamente no que concerne à regulação das atividades económicas e às interações entre as diferentes esferas de atividade, pública e privada. O fenómeno da corrupção ofende a essência da democracia e os seus princípios fundamentais, designadamente os da igualdade, transparência, livre concorrência, imparcialidade, legalidade, integridade e a justa redistribuição de riqueza. Por outro lado, os bens jurídicos individuais, por tradição, são mais facilmente identificáveis e protegidos, ao contrário do que sucede com os bens jurídicos macrossociais, que possuem uma natureza abstrata e, por conseguinte, de maior dificuldade na sua identificação, reclamando um superior nível de proteção.

Em 18 de março de 2021, na sequência de um longo período de reflexão e de extensa audição pública, envolvendo a academia, as magistraturas, profissionais do direito e de outros ramos do saber, o Governo aprovou a versão final da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 (Estratégia), nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, de 6 de abril.

A Estratégia, perspetivando com o mesmo grau de importância e necessidade a prevenção, a deteção e a repressão da corrupção, erige sete prioridades: i) melhorar o conhecimento, a formação e as práticas institucionais em matéria de transparência e integridade; ii) prevenir e detetar os riscos de corrupção na ação pública; iii) comprometer o setor privado na prevenção, deteção e repressão da corrupção; iv) reforçar a articulação entre instituições públicas e privadas; v) garantir uma aplicação mais eficaz e uniforme dos mecanismos legais em matéria de repressão da corrupção, melhorar o tempo de resposta do sistema judicial e assegurar a adequação e efetividade da punição; vi) produzir e divulgar periodicamente informação fiável sobre o fenómeno da corrupção; e vii) cooperar no plano internacional no combate à corrupção. Nas últimas décadas, assistiu-se a um esforço considerável na harmonização dos enquadramentos legais em todo o mundo, através da adoção de convenções multilaterais.

Estas convenções, todavia, versaram maioritariamente sobre a repressão da corrupção, e não sobre a sua prevenção. Em percurso idêntico, Portugal veio prevendo um vasto leque de crimes relativos a práticas de corrupção ou práticas similares, quer no Código Penal (por exemplo, recebimento indevido de vantagem, corrupção passiva, corrupção ativa, peculato, participação económica em negócio e concussão), quer em leis penais avulsas, como a que determina os crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos, a que prevê os crimes de corrupção cometidos no comércio internacional e na atividade privada, ou a que pune comportamentos antidesportivos.

Contudo, a par da concretização das medidas propostas no âmbito da repressão, mostra-se imprescindível a existência de um sistema eficaz de prevenção de fenómenos de corrupção. Este regime geral da prevenção da corrupção retira do domínio da soft law a implementação de instrumentos como os programas de cumprimento normativo, os quais deverão incluir os planos de prevenção ou gestão de riscos, os códigos de ética e de conduta, programas de formação, os canais de denúncia e a designação de um responsável pelo cumprimento normativo. São previstas

---

sanções, nomeadamente contraordenacionais, aplicáveis quer ao setor público, quer ao setor privado, para a não adoção ou adoção deficiente ou incompleta de programas de cumprimento normativo.

No que diz respeito ao presente relatório, relativo ao ano 2023, evidencia-se o grau de execução do PGRIC do IPCA. Consideraram-se, para além das medidas transversais, sete áreas de análise, nomeadamente:

- Área de Recursos Humanos,
- Área Financeira,
- Contratação pública,
- Atividades Académicas,
- Apoio Social,
- Sistemas de Informação e
- Propriedade Intelectual e Patentes.

Analisaram-se, individualmente, os procedimentos associados aos riscos referentes a cada uma daquelas áreas. Esta análise permite aferir os riscos que foram mitigados com o PGRIC do IPCA, bem como aqueles que ainda estão ativos, necessitando da execução dos procedimentos definidos no PGRIC do IPCA. Face ao exposto, este documento reveste elevada importância para a gestão dos riscos e para a integridade e transparência do IPCA.

## **2. EQUIPA RESPONSÁVEL PELA MONITORIZAÇÃO DO PGRIC DO IPCA**

Nos termos do disposto no ponto 3.6 do Plano de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas do IPCA (PGRIC do IPCA) e de acordo com o artigo 38º dos Estatutos do Instituto Politécnico do Cavado e do Ave, aprovados pelo Despacho normativo nº 1-A/2019, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 14 de junho, e ouvidos os Diretores das Escolas e serviços, a Comissão de Prevenção da Corrupção do IPCA (CPCIPCA) atual é a que foi nomeada através do Despacho (PR) n.º 113/2021, de 12 de outubro.

Em 2023, a CPCIPCA contou com os seguintes elementos:

Presidente

- Irene Maria Portela;

Vogais:

- Eva Maria Machado Miranda;
- Filipa Daniela Rodrigues Teixeira.
- Mário João Freitas Sousa Basto;

- Marta Alexandra da Cruz Madureira;

- Pedro Manuel Ribeiro Novo de Melo;

A CPCIPCA está incumbida da coordenação, aplicação e fiscalização do PGRCIC do IPCA, nomeadamente, da realização de reuniões de acompanhamento e da estruturação de relatórios anuais sobre o mesmo.

Cientes das suas atribuições, os membros do CPCIPCA têm reunido periodicamente desde a sua nomeação. Além disso, quer em cumprimento de pedidos da Presidência do IPCA, quer por iniciativa própria, a CPCIPCA desenvolveu, em 2023, as seguintes atividades:

- Realização de vários sorteios para constituições de júris de procedimentos concursais (pessoal não docente);
- Emissão de pareceres;
- Comemoração do Dia Internacional de Luta contra a Corrupção em 9 de dezembro de 2023
- Análise do atual PGRCIC e apresentação de sugestões de revisão e recomendação de reforço das medidas anticorrupção.

Previamente à análise da execução do PGRCIC do IPCA, são indicados os sorteios para constituição de Júris de procedimentos concursais realizados durante o ano civil de 2023:

Número do Aviso	Sorteios
• <b>Aviso DRH- 01/2023</b>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento de pessoal para Quatro (4) Assistentes Técnicos na Área Administrativa
• <b>Aviso DRH- 02/2023</b>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento interno para contratação de pessoal ao abrigo do código do trabalho em regime de contrato de trabalho a termo certo, para dois postos de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior, para exercício de funções na Divisão Académica e na Divisão de Recursos Humanos;
• <b>Aviso DRH- 04/2023</b>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para um cargo de direção e direção intermédia de 3.º grau, com vista ao preenchimento de 1 (um) lugar de dirigente dos Serviços de Informação Documental do IPCA;
• <b>Aviso DRH- 03/2023</b>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para um cargo de direção e direção intermédia de 3.º grau, com vista ao preenchimento de 1 (um) lugar de dirigente do Gabinete de Gestão de Projetos;
• <b>Aviso DRH- 05/2023</b>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para 1 Assistente Técnico para o Gabinete de Manutenção do IPCA;
• <b>Aviso DRH- 06/2023</b>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para Um 1) Técnico Superior;

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aviso DRH- 07/2023</b></li> </ul>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para 1 Técnico Superior para a RUN EU PLUS (Grant Agreement no.101035816) IPCA/2Ai ,em regime de contrato a termo certo;
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aviso DRH – 08/2023</b></li> </ul>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para 1 Técnico Superior - Learning Designer para apoio a projetos e em atividades da área de inovação pedagógica para a RUN EU;
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aviso DRH – 09/2023</b></li> </ul>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para um cargo de direção e direção intermédia de 3.º grau, com vista ao preenchimento de 1 (um) lugar de dirigente Gabinete de Aquisições e Gestão de Infraestruturas (GAGI);
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Aviso DRH - 10/2023</b></li> </ul>	Sorteio de dois membros para o júri do procedimento de recrutamento para 1 Técnico Superior - Learning Designer;

### 3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PGRIC DO IPCA

A *checklist* apresentada na tabela n.º 1 mede o grau de execução do PGRIC do IPCA. Através das respostas obtidas, aquando a aplicação dos questionários, classificou-se cada medida em “sim” e “não”:

- **Sim** – significa que o procedimento foi executado;
- **Não** – significa que o procedimento não foi executado, mas existe recomendação para o executar .

Existe ainda uma coluna de “Observações”, que se destina ao registo de anotações relevantes.

Em 2023, registaram-se os seguintes resultados:

**Tabela n.º 1 – Execução do PGRIC do IPCA**

#### 1. Medidas Transversais

Procedimentos a adotar	Objetivo a atingir	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
1. Constituição da CPCIPCA	Garantir o acompanhamento da problemática da prevenção da corrupção e infrações conexas no IPCA	X		
2. Envio de mensagens eletrónicas a todos os colaboradores do IPCA, informando da publicidade do PGRIC na respetiva página virtual, bem como da “Carta Ética da Administração Pública”	Assegurar que a generalidade dos trabalhadores estão devidamente informados sobre o PGRIC	X		

3.	Promoção de ações formativas de curta duração sobre a prevenção da corrupção	Melhorar os conhecimentos dos trabalhadores sobre a problemática da prevenção da corrupção		X	
4.	Disponibilização de “Declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos”	Reduzir o risco da existência de situações de incompatibilidade e impedimentos por parte dos trabalhadores	X		DRH para concursos públicos
5.	Atualização da página de Internet no portal do IPCA com informação atualizada sobre o PGRCIC do IPCA	Melhorar a comunicação e a transparência	X		Mensagem Presidência 30 junho
6.	Promoção de medidas para melhorar as competências dos trabalhadores do IPCA em temas que permitem minorar o risco de corrupção e das infrações conexas, nomeadamente ao nível do direito administrativo, contratação pública e regime da função pública	Melhorar os conhecimentos dos trabalhadores em temas relevantes para o exercício das funções	X		Plano de formação anual dos RH
7.	Existência de processo organizado de controlo interno no IPCA	Assegurar a existência de condições necessárias para a implementação de práticas sistematizadas de auditoria e controlo interno	X		Manual de Controlo Interno
8.	Promoção da elaboração de um Código de Conduta do IPCA	Orientar o comportamento dos trabalhadores	X		Despacho n.º 8643/2020
9.	Promoção de auditorias externas periódica relativas à confiança e segurança dos sistemas informáticos do IPCA	Melhorar a fiabilidade e a confiança dos sistemas de informação do IPCA		X	Troca de equipamento, implicou apoio externo, mas não auditoria
10.	Elaboração de relatório anual da monitorização do PGRCIC	Assegurar o acompanhamento do PGRCIC do IPCA	X		
11.	Revisão periódica do plano PGRCIC do IPCA	Garantir a necessária atualização ao PGRCIC	X		Última revisão - 2020
12.	Promoção do controlo e execução das medidas/procedimentos relativos à prevenção dos riscos de corrupção em cada área de atividade, conforme definido nos pontos 5 a 10	Assegurar o controlo e execução	X		

## 2. Procedimentos Específicos

### 2.1. Área: Recursos Humanos

#### 2.1.1. Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)

Processo 1	Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
▪ Abuso de Poder	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso	X		



<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de Interesses</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> <li>▪ Favorecimento de candidato</li> <li>▪ Imparcialidade</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Promoção de ações de formação para júris para contratação de pessoal técnico e de gestão e pessoal docente		X	
	Sorteio de pelo menos dois membros do júri para concursos de pessoal técnico e de gestão	X		
	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X		A DRH sempre que verifica algum incumprimento, comunica à Escola para retificação
	Declaração de inexistência de conflitos de interesses dos membros dos júris	X		
	Criação de um Regulamento Interno para a contratação de Bolseiros de Investigação	X		
	Implementação de procedimento de verificação sistemática de processos de contratação de trabalhadores	X		Quando a DRH é responsável pelo lançamento do procedimento, colaborador da DRH que prepara procedimento é diferente daquele que verifica

### 2.1.2. Recrutamento de docentes convidados

Processo 2	Recrutamento de docentes convidados	Execução em 2023		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Conflito de Interesses</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> <li>▪ Favorecimento de candidato</li> <li>▪ Imparcialidade</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X		Idem quadro anterior
	Recurso obrigatório a uma base de recrutamento do IPCA nos termos do art. 8-A do ECPDESP	X		
	Verificação aleatória de procedimento de contratação de docentes convidados	X		Realizado pela responsável da DRH

### 2.1.3. Remunerações e abonos variáveis e eventuais

Processo 3	Processamento de remunerações e abonos variáveis e eventuais	Execução em 2023		
		Riscos Associados	Procedimentos	Sim
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pagamentos Indevidos</li> <li>▪ Peculato</li> </ul>	Segregação e rotatividade de funções		X	
	Verificação periódica, por parte do GACI, do sistema de controlo interno existente		X	

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> </ul>	Manter atualizados os procedimentos internos para o processamento de remunerações	X		
---	---	---	--	--

#### 2.1.4. Assiduidade, justificação de faltas e férias

Processo 4	Assiduidade, justificação de faltas e férias	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento</li> <li>▪ Atribuição de créditos de horas não efetuadas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> </ul>	Revisão do Regulamento de horários do IPCA	X		
	Atualização do sistema de informação de controlo de assiduidade, pontualidade e férias	X		
	Integração dos Sistemas de registo de férias e de assiduidade, com o ERP dos RH	X		
	Segregação e rotatividade de funções	X		

#### 2.1.5. Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público

Processo 5	Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito</li> <li>▪ Deslocação em serviço Público sem prévia autorização</li> </ul>	Elaboração de manual de procedimentos de deslocações, ajudas de custo e transporte	X		
	Digitalização de processos de deslocação no âmbito dos sistemas de gestão documental	X		Criado fluxo no iportal específico para este tipo de procedimento
	Verificação periódica a promover no âmbito do sistema de controlo interno existente	X		Feito pela DAF e DRH, aquando da receção dos pedidos e respetivos pagamentos

## 2.2. Área Financeira

### 2.2.1. Registo de Património

Processo 6	Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato</li> </ul>	Descrição de procedimentos de registo do património	X		

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato de uso</li> </ul>	Auditoria interna aos procedimentos de registo de bens móveis e imóveis	X		ROC contratado
	Implementação de sistema de Inventariação do património com interligação ao ERP da área financeira	X		
	Verificação da correta inventariação e registo de imóveis adquiridos e ou construídos	X		
	Verificação da correta inventariação dos equipamentos fornecidos em empreitadas	X		
	Sistema controlo de alocação de equipamentos a trabalhadores	X		DSI

### 2.2.2. Etiquetagem, transferência, cedência e abates

Processo 7	Etiquetagem, transferência, cedência e abates	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Peculato de uso</li> <li>▪ Abuso de poder</li> </ul>	Reconciliação periódica de bens inventariados		X	
	Elaboração de manual de procedimentos de gestão de imobilizado		X	Segue procedimentos do MCI
	Segregação de funções		X	
	Verificação periódica a realizar no âmbito do sistema de controlo interno existente	X		
	Verificação física de bens no âmbito do processo de certificação das contas	X		

### 2.2.3. Vendas e prestação de serviços

Processo 8	Vendas e prestação de serviços	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Formação dos trabalhadores sobre os procedimentos relativos ao processamento de receita e despesa	X		
	Registo de bens para venda	X		
	Segregação de funções entre o processo de emissão de recibos, conferência dos valores recebidos e o lançamento de receita	X		

	Reconciliação bancária	X		
	Segregação e rotatividade de funções		X	

## 2.2.4. Registo de despesa e pagamento a fornecedores

Processo 9	Registo de despesa e pagamento a fornecedores	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Segregação de funções	X		
	Auditorias internas periódicas	X		
	Verificação anual de processos de despesa	X		
	Manutenção de manual de procedimentos atualizado	X		
	Rotação de trabalhadores		X	
	Reconciliações bancárias	X		
	Verificação aos procedimentos de conferência de fornecimento de bens e serviços	X		
	Utilização de serviços de fiscalização externa para acompanhamento da execução de contratos de empreitada com valores superiores a 150.000€	X		
Existência de fluxos atualizados no sistema de informação de gestão documental despesa	X			

## 2.3. Contratação pública

### 2.3.1. Aquisição de bens, serviços e empreitadas

Processo 10	Aquisição de bens, serviços e empreitadas	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento a terceiros</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito e ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> <li>▪ Participação económica em negócio</li> <li>▪ Abuso de poder</li> </ul>	Segregação de funções nas diferentes fases do processo de contratação, nomeadamente, identificação de necessidades, execução do procedimento, autorização de despesa/adjudicação e verificação da execução do contrato	X		
	Auditorias sistemáticas a procedimentos de contratação pública		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditorias a processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas no âmbito da contratação pública		X	Depende da operacionalização do GACI

	Para os procedimentos de aquisição entre 10.000€ e 20.000€ para aquisição de bens e serviços e entre 15.000€ e 30.000€ para empreitadas, como regra, a realização de convite a mais de uma entidade	X		
	Elaboração e divulgação de planeamento anual de procedimentos de contratação pública		X	Em fase de elaboração 2025
	Aumentar a rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços	X		
	Sistema de alerta sobre os valores acumulados por fornecedor/prestador de serviço de acordo com o objeto de contrato	X		
	Plano de formação anual sobre contratação pública para técnicos	X		Prevista no plano anual de formação do IPCA (DRH)
	Implementação de processos de avaliação do desempenho do fornecedor		X	Módulo a incluir na plataforma informático que se encontra em desenvolvimento
	Quando há necessidade de realização de consulta preliminar ao mercado para a elaboração das peças de procedimento, deverão ser contactados mais do que um fornecedor. No caso de procedimento por consulta prévia, os fornecedores contactados deverão ser convidados a apresentar proposta	X		
	Criação de <i>dashboard</i> de análise de procedimentos de contratação pública com indicadores que permitam controlar aspetos relevantes (ex. verificação da diferença entre os valores orçamentados ou consultados e o preço base dos procedimentos; principais fornecedores convidados a apresentar propostas, entre outros)	X		
	Definição de atribuições, responsabilidades, sanções e penalidades aos intervenientes na contratação e gestão de contratos	X		Implementado em 2022
	Registo de ocorrências relativos à gestão de contratos	X		Não foram identificadas ocorrências em 2023

### 2.3.2. Intervenção de júris em processos de contratação pública

Processo 11	Intervenção de júris em processos de contratação pública	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento a terceiros</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito e ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> <li>▪ Participação económica em negócio</li> </ul>	Rotatividade de elementos de júri	X		
	Integração nos júris de trabalhadores de diferentes serviços	X		
	Plano de formação anual sobre contratação pública para trabalhadores que habitualmente integram júris	X		Incluído no plano anual de formação geral do IPCA

### 2.3.3. Modificações objetivas ao contrato

Processo 12	Modificações objetivas ao contrato.	Execução em 2023		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Favorecimento a terceiros</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato lícito e ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> <li>▪ Participação econômica em negócio</li> </ul>	Segregação de funções entre quem propõe a alteração, quem analisa e quem aprova	X		
	Existência de parecer	X		
	Verificação do processo de contratação pública e da execução do contrato	X		

### 2.4. Atividades acadêmicas

#### 2.4.1. Inscrição, matrícula, renovação de matrícula e emissão de certificados

Processo 13	Inscrição, matrícula, renovação de matrícula e emissão de certificados	Execução em 2023		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Prestação de declarações falsas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Segregação de funções entre quem processa os pedidos dos alunos e quem aprova	X		
	Rotação de trabalhadores entre funções dentro dos Serviços Acadêmicos	X		
	Manual de Procedimentos dos Serviços Acadêmicos devidamente atualizado		X	O Manual de procedimentos está em fase de elaboração
	Auditorias internas periódicas	X		
	Informatização dos requerimentos realizados pelos alunos	X		
	Criação de solução de arquivo digital para os processos de aluno	X		

#### 2.4.2. Seriação dos candidatos a concursos locais, especiais, reingressos, mudança de par instituição /curso

Processo 14	Seriação dos candidatos a concursos locais, especiais, reingressos, mudança de par instituição /curso	Execução em 2023		
		Riscos Associados	Sim	Não
	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de</li> </ul>	Segregação de funções entre quem organiza o processo administrativo, analisa e seria os candidatos	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

Influência				
------------	--	--	--	--

### 2.4.3. Processos de creditação de formação

Processo 15	Processos de creditação de formação	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Prestação de declarações falsas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Segregação de funções entre quem organiza o processo administrativo, analisa os pedidos e decide sobre o processo de creditação	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

### 2.4.4. Avaliação de conhecimentos e lançamento de notas

Processo 16	Avaliação de conhecimentos e lançamento de notas	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Falsificação de documentos</li> <li>▪ Prestação de declarações falsas</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Abuso de poder</li> <li>▪ Tráfico de Influência</li> </ul>	Disponibilização de pautas com avaliações em área eletrônica reservada disponível a todos os alunos da turma	X		
	Lançamento de notas e assinatura de pautas realizado pela via digital	X		
	Auditorias internas periódicas	X		
	Existência de declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos	X		

### 2.4.5. Pagamento de propinas

Processo 17	Pagamento de propinas	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Segregação de funções entre quem recebe os valores/emite o recibo e quem regista a receita	X		
	Auditorias à arrecadação de receitas	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

## 2.5. Apoio Social

### 2.5.1. Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais

Processo 18	Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais	Execução em 2023		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Tráfico de Influências</li> </ul>	Segregação de funções: Quem efetua a reanálise de processos não é o mesmo trabalhador que analisa	X		
	Rotação anual de processos por trabalhador	X		
	Auditoria interna: Verificação documental dos processos de atribuição de bolsas de estudo		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditoria interna à transmissão da informação da situação acadêmica dos requerentes de bolsa de estudo		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditoria interna aos programas de bolsa de colaboradores e a auxílios de emergência		X	Depende da operacionalização do GACI
	Visitas domiciliares	X		

## 2.6. Sistemas de informação

### 2.6.1. Acesso e gestão de dados

Processo 19	Acesso e gestão de dados	Execução em 2023		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de interesses</li> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> <li>▪ Burla informática</li> </ul>	Declaração de impedimentos e conflito de interesses	X		Exemplo: concursos, acesso dos bancos aos dados dos alunos
	Auditoria externa		X	
	Descrição de procedimentos de segurança de dados	X		Contrato de consultoria para implementar o DL 65/2012 de 30 de julho
	Segregação de permissões de acessos aos sistemas de informação	X		Prática corrente
	Formação para trabalhadores sobre segurança informática de informação	X		Formação em Cibersegurança para a DSI

## 2.7. Propriedade intelectual e patentes

### 2.7.1. Processo de transferência de tecnologia: licenciamento e registo

Processo 20	Processo de transferência de tecnologia: licenciamento e registo	Execução em 2023		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de interesses</li> <li>▪ Abuso de Poder</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Declaração de impedimentos e conflito de interesses de investigadores e docentes	X		
	Descrição de procedimentos de licenciamento de tecnologia		X	Apenas regulamento Propriedade Intelectual. Falta publicação do



<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recebimento indevido de vantagem</li> <li>▪ Peculato</li> <li>▪ Violação de Segredo</li> </ul>				regulamento de <i>Spin-Off</i>
	Auditoria interna		X	
	Divulgação juntos dos estudantes, docentes e investigadores do regulamento de propriedade intelectual do IPCA	X		
	Formação para os docentes e investigadores sobre o regulamento de propriedade intelectual do IPCA		X	
	Registo do relacionamento com entidades externas		X	
	Auditoria Externa		X	
	Salvaguarda incondicional do direito moral do inventor/criador	X		
	Centralização da valorização da transferência e negociação de direitos intelectuais propriedade do IPCA com entidades terceiras	X		

### 2.7.2. Processo de transferência de tecnologia: aquisição

Processo 21	Processo de transferência de tecnologia: aquisição	Execução em 2023		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflito de interesses</li> <li>▪ Corrupção passiva por ato ilícito</li> </ul>	Declaração de impedimentos e conflito de interesses de investigadores e docentes	X		
	Auditoria interna		X	

## APRECIÇÃO GLOBAL

Da *checklist* apresentada, onde constam os procedimentos a adotar, conforme definido no PGRCIC do IPCA, constam 115 procedimentos, dos quais 12 são referentes a medidas transversais e 103 referentes a medidas específicas definidas por áreas de intervenção.

Em termos globais, quase todas as áreas de intervenção registam elevadas taxas de execução dos procedimentos de prevenção do risco de corrupção.

A tabela n.º 2, que se segue, apresenta os dados de execução do PGRCIC agregados por área de intervenção.

**Tabela n.º 2 – Taxas de execução do PGRCIC, por área de intervenção**

### 1. Medidas Transversais

Medidas	2023
N.º total	12
Consideradas	12
Executadas	10

<b>Taxa de execução</b>	<b>83%</b>
-------------------------	------------

## 2. Recursos Humanos

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	20
Consideradas	19
Executadas	16
<b>Taxa de execução</b>	<b>84%</b>

Nota: Exclusão no processo 3 da medida “verificação periódica a promover pelo GACI, no âmbito do sistema de controlo interno existente”, porque o GACI se encontra ainda em fase de implementação.

## 3. Área Financeira

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	25
Consideradas	24
Executadas	19
<b>Taxa de execução</b>	<b>79%</b>

Nota: Exclusão no processo 7 da medida “elaboração do manual de procedimentos de gestão do imobilizado”, porque são adotadas as regras que constam do MCI.

## 4. Contratação Pública

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	19
Consideradas	15
Executadas	11
<b>Taxa de execução</b>	<b>73%</b>

Nota: Exclusão no processo 10 das medidas “Auditorias sistemáticas a procedimentos de contratação pública”, “Auditoria a processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas, no âmbito da contratação pública” e “Implementação de processos de avaliação do desempenho do fornecedor”, porque o GACI se encontra ainda em fase de implementação.

## 5. Atividades Académicas

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	17
Consideradas	17
Executadas	16
<b>Taxa de execução</b>	<b>94%</b>

## 6. Apoio Social

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	6
Consideradas	6
Executadas	3
<b>Taxa de execução</b>	<b>50%</b>

## 7. Sistemas de Informação

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	5
Consideradas	5
Executadas	4
<b>Taxa de execução</b>	<b>80%</b>

## 8. Propriedade Intelectual e Patentes

<b>Medidas</b>	<b>2023</b>
N.º total	11
Consideradas	11
Executadas	5
<b>Taxa de execução</b>	<b>45%</b>

## 4. RECOMENDAÇÕES AO PGRIC DO IPCA

Depois da análise efetuada ao PGRIC do IPCA e tendo como foco a promoção da transparência, a CPCIPCA apresenta as seguintes recomendações:

- Promoção do aumento do grau de execução do PGRIC, permitindo-se, assim, a implementação das medidas de prevenção da corrupção que não foram, ainda, implementadas. Este reforço mostra-se, sobretudo, necessário, nos setores que apresentam taxas mais baixas, como no setor do Apoio Social e no da Propriedade Intelectual e Patentes.
- Implementação do GACI (Gabinete de Auditoria e Controlo Interno).
- Manutenção da realização de auditorias periódicas por entidades externas até que o GACI esteja definitivamente implementado.
- Dar cumprimento ao estipulado na Lei nº 93/2021 de 20 de dezembro, nomeadamente, através da implementação de canais de denúncia interna, nos termos do artigo 8º da referida Lei, bem como de canais de denúncia externa, que sejam independentes e autónomos dos demais canais de comunicação já implementados, permitindo assim receber e dar o respetivo tratamento às denúncias efetuadas, assegurando-se, contudo, a integridade e a confidencialidade daquelas, impedindo o acesso de pessoas não autorizadas, permitindo-se a sua conservação nos termos do artigo 20.º da referida Lei.

## 5. CONCLUSÃO

Com mais de dez anos de existência no IPCA, sempre acompanhado das respetivas monitorizações, o PGRIC revela-se um importante instrumento de promoção da transparência.

---

Apesar das recomendações propostas, salientamos, contudo, que a execução do PGRCIC, em 2023, continua a ser muito satisfatória, tendo-se registado uma taxa de execução das medidas bastante significativa em diferentes áreas.